

DA HONRA E DA VIRTUDE¹

de

Jean-Jacques Rousseau

Tradução, Apresentação e Notas: *Rafael de Araújo e Viana Leite*²

Apresentação

O texto intitulado *Da honra e da virtude*, agora vertido para o português, é parte dos chamados *Fragments politiques* de Jean-Jacques Rousseau. Trata-se de excertos jamais publicados pelo autor, a maioria de datação incerta, reunidos e classificados posteriormente pelos especialistas da obra rousseauiana a partir de afinidades temáticas. Esse material textual, ainda pouco utilizado pela literatura secundária brasileira, é relativamente amplo e também heterogêneo, seja em importância, extensão ou conteúdo. Em número de dezesseis, os *Fragments politiques* gravitam em torno de temas caros ao autor e importantes para a compreensão de seu sistema filosófico. Dentre eles encontramos, por exemplo, trechos de obras inacabadas, simples notas ou variantes de trabalhos publicados. Como diz Robert Derathé, dentre os textos encontraremos trabalhos de eloquência, como o interessante *Paralelo entre Esparta e Roma*, mas também trabalhos feitos por encomenda, tal parece ser o caso de *História da Lacedemônia*, ou mesmo textos de ocasião, como o *Da Felicidade pública* (ROUSSEAU, 1964, p. CXVII). A reunião dessas peças, ainda em acordo com o comentador, perfaz “*um dossiê relativo ao conjunto dos escritos do autor (...)*”, mas não só isso, “*a maior parte dos temas que ele trata nos fragmentos se ligam a temas fundamentais de sua doutrina.*” (ROUSSEAU, 1964, p. CXVII. Tradução minha).

A presente tradução vai ao encontro da sugestão de Robert Derathé e pretende disponibilizar em português um desses fragmentos, chamado *Da honra e da virtude*. Dividido em dezesseis seções, nele encontramos menção a temas pertinentes da esfera político-moral de Rousseau. Algumas seções têm caráter de esboço, outras são bem

¹ Utilizamos o original em francês das obras completas: ROUSSEAU, JEAN-JAQUES. ‘De la honneur et de la vertu’. In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (org). *Ouvres complètes*, Tome III. Dijon: Éditions Gallimard, 1964 (p. 501-508).

² Doutorando em Filosofia pela UFPR. Bolsista Capes. Participa do Grupo de Estudos das Luzes - UFPR, sob coordenação do Prof. Dr. Rodrigo Brandão. É membro estudante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Jean-Jacques Rousseau. Email: rafael_vianaleite@hotmail.com.

curtas, o que faz delas uma espécie de aforismo, dado que em sua economia encontra-se também grande força retórica. O tema do luxo, atrelado à questão da estima pública e virtude, tal qual tratado pelo fragmento, ressalta a sua relevância. Sobre o luxo, por exemplo, sua abordagem merece nota, pois ele é classificado de maneira mais detalhada em comparação à maioria das obras publicadas pelo autor. Rousseau delimita a sua manifestação a partir de duas possibilidades principais, o que é novidade para o leitor dos dois *Discursos*³. De um lado temos o luxo de indolência e, de outro, aquele vinculado à magnificência, divisão que ajuda a compreender as sutilezas de sua posição na querela sobre o luxo, debate filosófico de grande repercussão no século XVIII⁴. Em *Da honra e da virtude* acompanhamos, enfim, a construção de fórmulas cujo vigor se equipara ao encontrado em obras consagradas de Jean-Jacques Rousseau.

Mas por que, diria o leitor mais insistente, traduzir um fragmento - talvez mero exercício intelectual de Rousseau - que provavelmente nem tenha sido escrito visando publicação? Eis uma questão que, se ainda não foi respondida com os esclarecimentos tomados de Robert Derathé, talvez possa ser ao menos pacificada se oferecermos a Rousseau a coroa merecida somente pelos grandes escritores e, na esteira de Franklin de Matos, dizer sobre Jean-Jacques o que foi dito a respeito de seu antigo amigo, Diderot: “(...) pois as obras pretensamente ‘menores’ de um grande autor costumam, no mínimo, enriquecer a leitura de suas ‘obras-primas’”. (MATOS, 2001, p. 126).

³ Me refiro, respectivamente, ao *Discurso sobre as ciências e as artes*, de 1750, e ao *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade*, de 1755.

⁴ É preciso deixar anotado, no entanto, que também no *Emílio*, Livro IV (ROUSSEAU, 2004, p. 498), Rousseau estabelece uma bipartição do luxo. Teríamos, assim, o luxo de indolência e aquele de ostentação. Apesar da diferença de nomenclatura em relação ao presente fragmento - ver a seção I - estamos lidando, ao que parece, com a mesma significação. Vale mencionar ainda a existência de um fragmento inteiro de Rousseau dedicado ao luxo, ainda sem tradução para o português, intitulado *Le luxe, le commerce et les arts*.

DA HONRA E DA VIRTUDE

Jean-Jacques Rousseau

I

Em todo país onde o luxo e a corrupção não reinam, o testemunho público da virtude de um homem é o mais doce prêmio que ele pode receber. E toda boa ação só necessita como recompensa ser denunciada publicamente como tal. Essa verdade é consequência dos princípios que venho agora estabelecer e para honra da humanidade a própria experiência a confirma. Qual não era o móbil da virtude dos Lacedemônios senão o de serem estimados virtuosos? Quem foi aquele que após ter conduzido esses triunfadores ao Capitólio os levou até seus arados? Eis uma fonte de interesse mais segura e menos perigosa do que os tesouros, pois a glória de ter agido bem não é sujeita aos mesmos inconvenientes do que aquela de ser rico, e fornece uma satisfação muito mais viva àqueles que aprenderam a lhe saborear. O que é necessário, então, para inflamar os homens em direção à virtude? Ensinar-lhes a considerá-la bela e a ter apreço por aqueles que a praticam. Uma vantagem bem considerável para um Estado assim constituído é a de que os mal-intencionados não têm poder algum para realizar seus desejos perniciosos, e a de que o vício ali não pode fazer nenhuma espécie de fortuna.

Não tenho esperanças de ouvir algum filósofo moderno dizer o mesmo dessas nações brilhantes onde se pode ver reinar com as riquezas o insaciável fervor de lhes aumentar.

Sinto que devo explicar um pouco o meu pensamento, de outro modo poucos leitores seriam de meu alvitre. Pois é preciso convencer todos aqueles que juram somente por Mammon.⁵

Uma das singularidades do coração humano é a de que, a despeito da inclinação que todos os homens têm de julgarem a si mesmos de maneira favorável, há pontos em relação aos quais eles se consideram ainda mais desprezíveis do que realmente o são. Tal é o interesse, considerado por eles como sua paixão dominante, embora tenham outra mais forte, mais geral e mais fácil de corrigir, que só se serve do interesse como um meio para satisfazer-se: é o amor de distinções. Faz-se de tudo para enriquecer, mas

⁵ Personificação da riqueza e ganância sob a forma de um falso deus.

é para ser bem quisto que se deseja ser rico. Prova disso é que em lugar de se limitarem à mediocridade que constitui o bem-estar de cada um, querem chegar a um grau de riqueza capaz de fixar todos os olhares, mas que aumenta as preocupações e os tormentos, tornando-se um fardo quase tão pesado quanto a pobreza. Outra prova disso é o uso ridículo que os ricos fazem de seus bens. Não são eles os que gozam de sua abundância e ela só serve para atrair os olhares e a admiração dos outros.⁶ É bem evidente que o desejo de se distinguir é a única fonte do luxo de magnificência, pois em relação àquele de indolência há somente um pequeno número de voluptuosos que sabem saboreá-lo, tirando dele toda a doçura e toda a simplicidade da qual é suscetível.⁷ E assim vemos agir pelo mesmo princípio todas as famílias que trabalham sem cessar para se enriquecer e se arruinar alternadamente. É Sísifo quem transpira sangue e água para levar ao cume de uma montanha a pedra que será rolada abaixo em seguida.⁸

II

Seria⁹ preciso inflamar o desejo e facilitar os meios de atrair para a virtude a mesma admiração que só sabemos atrair hoje em dia para a riqueza.

⁶ Argumento que se assemelha ao utilizado por Sêneca, nas *Cartas a Lucílio* (2001), especificamente na décima quarta carta, em que o autor aborda, dentre outros pontos, a riqueza como fonte de constante preocupação para quem a possui. O rico acabaria, pelo desejo insaciável de acumular mais riqueza, não desfrutando dela. La Bruyère também enfatiza os infortúnios de quem é rico, ou seja, das implicações morais negativas da busca incessante por luxo. O homem rico, cuidando mais de fazer fortuna do que de aproveitar a que lhe está disponível, passaria a vida acumulando tesouros que serão usufruídos pelos que vierem depois dele. Sobre esse ponto, ver, por exemplo, do livro *Os Caracteres* o capítulo intitulado *Dos bens e da fortuna*.

⁷ Para Rousseau, podemos explicar a manifestação do luxo por duas vias principais, uma de caráter individual e outra mais intersubjetiva, a saber, o luxo de indolência (ou de espírito) e o de magnificência (ostentação). No primeiro caso trata-se de uma predileção ao desprendimento do trabalho e atração pela volúpia, mas não lascívia. Já o luxo de magnificência diz respeito a uma hierarquização social fantasiosa cujo critério de distinção é o grau de riqueza.

⁸ Segundo a mitologia grega, Sísifo era filho de Éolo, deus dos ventos, e foi rei de Corinto. Figura muito astuciosa, ele foi punido pelos deuses por ter tentado e, de fato, conseguido enganá-los. A punição consistia em levar uma enorme pedra montanha acima, no entanto, ela era em seguida rolada de volta ao pé da montanha, obrigando Sísifo a recomeçar o trabalho eternamente. O episódio de Sísifo ganha sentido com a explicação da nota 4 desta tradução. A punição sofrida por ele é eterna e se reinicia logo depois que Sísifo, aparentemente, realiza sua tarefa. A mesma coisa aconteceria com aquele que, na sanha de acumular riquezas, nunca goza delas, pois não consegue desfazer-se do ardor de sempre querer aumentar seus tesouros. O desejo por mais tesouros, podemos dizer, se reacende logo depois de ser passageiramente satisfeito por algum lucro.

⁹ Primeira versão escrita por Rousseau do começo dessa passagem diz: “*O que é necessário, então, precisamente sobre esse ponto da parte das Leis? De inspirar o desejo (...)*” (Tradução da nota do texto original).

III

É, pois, certo que é menos em nós mesmos do que na opinião de outrem que procuramos nossa própria felicidade. Todos nossos esforços tendem somente a nos fazer parecer felizes. Não fazemos quase nada para o sermos realmente, e se os melhores dentre nós cessassem um momento de se sentirem estimados, sua felicidade e sua virtude não seriam mais nada. Oh, Atenienses! Dizia Alexandre, quantos males eu suportaria para ser louvado por vós. Aquele queria ser admirado por seu valor, um outro por sua potência, aquele outro por sua riqueza, outro por sua bondade. Todos querem ser admirados. Eis o segredo e o fim último das ações dos homens. A única diferença consiste nos meios; ora, meios esses cuja escolha depende da habilidade do legislador. Os povos veem bem o término do caminho, mas é ao legislador que cabe apontar as rotas. Confesso que as riquezas são sempre a primeira via que se apresenta, pois além da consideração que atraem, são elas que fornecem as comodidades da vida. Mas são acompanhadas dos males que a vida de interesse imputa todos os dias aos costumes, ao Estado e aos cidadãos. Seria preciso então fazer com que não se tenha nada a ganhar por meio das comodidades da vida em sendo rico, e que se tenha algo a perder pela consideração. Eis o que foi feito de modo admirável pelas leis da Lacedemônia e pelos costumes dos primeiros romanos, de onde concluo que isso não é impossível.

IV

O interesse corrompe as melhores ações. Aquele que faz o bem somente impulsionado pelo dinheiro só espera ser mais bem pago para agir mal. Assim como a virtude, a honra, as glórias elas mesmas e os louvores elevam o coração, as recompensas pecuniárias o aviltam; por isso elas são desdenhadas pelos homens de coragem. No último cerco de Lille, M. Boufflers, o comandante, querendo dar reconhecimento a alguns trabalhos árduos dos sitiados, cuja realização os colocava em extremo perigo, propôs uma comissão aos soldados de boa vontade e vinte e cinco luíses¹⁰ de recompensa para aquele que levasse a cabo a tarefa. Somente um granadeiro, cujo nome estou desconcertado por não saber, se apresenta, recebe as instruções, parte e em meio a um fogo terrível, observa a situação com inteligência e o sangue frio de um homem

¹⁰ Moeda de troca da época.

bravo e sensato como ele era. Não tendo sido ferido, foi dar conta daquilo que observou. O marechal, penetrado de admiração, ao invés de dar-lhe os vinte e cinco luíses, lhe oferece cinquenta. Meu general, disse-lhe o granadeiro, pegue de volta seus cinquenta luíses, essas coisas não se fazem por dinheiro. Digo que é para esse soldado e para os homens generosos semelhantes a ele que se devem imaginar recompensas, e não há problema elas serem ofertadas pelo príncipe, caso a lei não tenha disso se incumbido e se não houver uma forma jurídica que possa assegurar a credibilidade e prevenir os abusos.

V

Se em todos os casos é mais útil cumprir seu dever do que não o cumprir na hora certa; mas aquele que se vende para dar conta de seu dever vai se vender por preço mais alto para o violar. O cálculo é simples, ele ganhará mais e ainda irá tirar algo dos dois lados.¹¹

Você paga um governante para que ele mantenha sua posição, mas alguém paga ainda mais para ficar com ela. Imagina você que esse homem não saiba calcular e não percebe você que junto ao dinheiro que o inimigo lhe deu ele pode comprar em sua corte a honra de ser recompensado em sua fidelidade, ao invés de se manter estupidamente fiel, tornando-se assim um homem perdido. Ele tem muita honra para que não seja um patife, ele é por demais bom cidadão para não ser um traidor. Por pouco que ame a glória seria preciso que fosse louco para não ser um traidor. Grande Ministro, ilustre Monarca, espírito transcendente tal como você é, encontre remédio para isso, eu te desafio. Você fará com que o enforcem. Pobre homem! Já lhe foi dito que não se enforca alguém que dispõe de cem mil escudos.¹² Pois, enfim, como saber que esse homem é culpado quando te provam que ele é inocente? Você toma o partido da severidade. Sem provas, na verdade. Tanto melhor para os escroques. Se ainda resta algum homem honesto que os incomode não tardará para que ele seja enforcado.

¹¹ Esse fragmento tem forte aspecto de esboço. Percebe-se que as ideias foram lançadas para serem posteriormente desenvolvidas.

¹² Também se trata de uma moeda de troca.

VI

Tenha sido uma inclinação natural que levou os homens a se unirem em sociedade ou que eles tenham sido forçados pelas suas necessidades mútuas é certo que foi desse comércio que nasceram suas virtudes e seus vícios, e em alguma medida todo o seu ser moral. Lá onde não há sociedade não pode haver nem justiça, nem clemência, nem humanidade, nem generosidade, nem modéstia, nem, sobretudo, o mérito de todas essas virtudes. Quer dizer, o que vale praticá-las entre seres preenchidos por todos os vícios contrários? Falando moralmente, a sociedade é em si um bem ou um mal? A resposta depende da comparação entre o bom e o mau que se lhe resultam, do balanço entre os vícios e as virtudes que ela engendra naqueles que a compõem, e dessa perspectiva a questão é fácil de resolver e seria melhor puxar a cortina para sempre sobre todas as ações humanas, para não desvelar aos nossos olhos o odioso e perigoso espetáculo que elas nos apresentam. Mas observando com maior proximidade, vê-se logo que entram na solução desse problema outros elementos que o filósofo deve levar em conta e que modificam muito essa conclusão tão triste. E a virtude de um único homem de bem enobrece mais a raça humana do que todos os crimes dos vilões não a podem degradar.

VII

Estou surpreso que entre tantas descobertas singulares feitas em nossos dias ninguém ainda tenha atinado para o fato de que foi na Corte dos reis que a filosofia nasceu. Parece-me que esse paradoxo bem vale um outro. Nos primeiros tempos do mundo os homens, ainda grosseiros, pensavam que para ter direito de comandar outras pessoas seria preciso lhes superar em sabedoria e, se ajustando a essa ideia, os príncipes não eram simplesmente os juizes do justo e do bom, mas também do belo e do verdadeiro.

VIII

Será sempre grandioso e difícil submeter as mais caras afecções da natureza à pátria e à virtude.

IX

Caso tivesse absolvido ou recusado condenar seu filho, de que maneira Brutus¹³ poderia ousar condenar outro cidadão? Oh, cônsul, lhe teria dito o criminoso, teria eu feito pior do que vender minha pátria, e não sou também vosso filho?¹⁴

X

Zango-me por Santo Agostinho ter ousado fazer gracejos a respeito desse grande e belo ato de virtude.¹⁵ Os pais da igreja não souberam perceber o mal que eles faziam à sua própria causa fazendo murchar assim tudo o que a coragem e a honra haviam produzido de mais grandioso. Querendo elevar a sublimidade do cristianismo eles ensinaram os cristãos a se tornarem homens covardes e sem...¹⁶

XI

Que me mostrem hoje em dia um único juiz capaz de sacrificar à pátria e às leis a vida de seus filhos. Algumas mulheres morreriam talvez por essa honra aparente que consiste na opinião de outrem, mas que me mostrem uma única capaz de morrer em nome dessa verdadeira honra que consiste na pureza das ações.

¹³ Brutus teve importante participação quando do estabelecimento da República romana, participando da derrubada do rei Tarquínio, o Soberbo. Conta-se que ele condenou à morte seus filhos depois de terem se unido a uma conspiração com o objetivo de arquitetar o retorno da Monarquia. Brutus passou a representar, aos olhos da posteridade, a devoção do cidadão à República. O pintor francês Jacques-Louis David, por exemplo, em 1789, momento paradigmático da história da França, fez um quadro sobre esse mesmo episódio.

¹⁴ Respondendo às tentativas de refutação de seu *Discurso sobre as ciências e as artes*, Rousseau diz no texto chamado de *Última resposta ao Sr. Bordes*: “Tomemos o exemplo que mais revolta nosso século e examinemos a conduta de Brutus, magistrado soberano, mandando matar seus filhos que tinham conspirado contra o Estado num momento crítico, quando pouco se precisava para subvertê-lo. É certo que, se lhes tivesse concedido graça, seu colega infalivelmente teria salvado todos os outros cúmplices e a república estaria perdida. Que importa? - Dir-me-ão. Se é indiferente, suponhamos, pois, que tivesse acontecido e, tendo Brutus condenado à morte algum malfeitor, o culpado lhe falasse assim: “Cônsul, por que me fazes morrer? Terei feito pior do que trair minha pátria? e não sou também teu filho?” (ROUSSEAU, 1973, p. 414. Sublinhado por nós).

¹⁵ Rousseau continua a falar de Brutus.

¹⁶ Frase incompleta. Rousseau se refere, muito provavelmente, à obra *Cidade de Deus*, Livro III, capítulo XVI e Livro V, capítulo XVIII.

XII

Para cada autor que ensina a desprezar a vida há cem outros que ensinam a sacrificar tudo para conservá-la.

XIII

Um único homem de probidade é capaz de manter em respeito toda a rua onde ele mora. O vício é sempre vergonhoso quando desmascarado diante dos olhos da virtude.

XIV

A alma se aquece, o espírito se eleva ao falar da virtude. Mesmo os mais perversos sentem por vezes os seus divinos transportes, e não há homem tão mau a ponto de nunca ter sentido em seu coração algumas faíscas desse fogo celeste, e que não tenha sido capaz de sentimentos e ações heroicas ao menos uma vez em sua vida.

XV

Homens sem freios e dissolutos sendo submetidos de uma vez e voluntariamente à mais dura e severa polícia¹⁷ é um milagre que só pode ser concretizado por um súbito entusiasmo dos costumes e da virtude disseminada em todo um povo.¹⁸

XVI

Da honra

Os pais da igreja aparentaram muito desprezo pelas virtudes dos antigos pagãos que, segundo eles, não detinham outro princípio senão a vã glória. Acredito, no entanto, que eles ficariam bem embaraçados em provar solidamente uma afirmação tão temerária. Pois o que teriam encontrado na conduta de Sócrates, Fócio, Anaxágoras,

¹⁷ Segundo o Dicionário da Academia francesa, de 1694, *'police'* pode ser entendido como as regras ou regulação de costumes de um Estado ou comunidade, independentemente de sua forma de governo.

¹⁸ Possível referência a Licurgo, legislador de Esparta, cuja biografia foi realizada por Plutarco.

Aristides, Catão, Fabrício ou nos escritos de Platão, de Sêneca e de Marco Aurélio¹⁹ que daria a menor sustentação para essa acusação? Provavelmente eles se isentariam de caluniar os pagãos com tanta amargura se tivessem previsto que viria o dia de retrucar os cristãos com justiça todas as reprovações feitas contra a sabedoria do paganismo.

Referências

- AGOSTINHO. *Cidade de Deus*. Vol. I e II. Trad. J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- LA BRUYÈRE. *Os Caracteres*. Trad. João de Barros. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1956.
- MATOS, F. Filosofia em forma de dicionário. In: *O filósofo e o comediante: Ensaio sobre literatura e filosofia na Ilustração*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- ROUSSEAU, J.-J. De la honneur et de la vertu. In: GAGNEBIN, B. e RAYMOND, M. (org.) *Ouvres complètes*, tome III. Dijon: Éditions Gallimard, 1964.
- _____. *Discurso sobre as ciências e as artes*. Coleção Os Pensadores. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973.
- _____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973.
- _____. *Emílio*. 4ª Edição. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.
- _____. Última resposta ao Sr. Bordes, In: *Discurso sobre as ciências e as artes*. Trad. Lourdes Santos Machado. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973.
- SÊNECA. L. A. *Carta a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Editora Calouste Gulbenkian, 2001.

¹⁹ Sócrates (469 a.C.- 399 a.C.), filósofo ateniense, personagem recorrente dos diálogos platônicos, é considerado por muitos o ilustre patrono da filosofia. Fócio (401 a.C.-318 a.C.), nasceu em Atenas, seguiu a carreira política e foi considerado um grande Estratego. Era discípulo de Platão. Anaxágoras (500 a.C.-428 a.C), filósofo grego anterior a Sócrates e por isso classificado como sendo pré-socrático, diz-se que fundou a primeira escola de filosofia de Atenas. Aristides (530 a.C.-467 a.C.), foi um importante político ateniense, participou da batalha de Maratona, quando, junto com seus concidadãos, venceram a força militar persa na primeira de suas duas invasões. Catão (95 a.C.-46 a.C.), nasceu em Roma e foi um renomado político, lembrado pela posteridade como tendo um ânimo firme e corajoso. Fabrício (data de nascimento e morte incertas), nasceu em Roma e viveu no século III a.C. Foi um homem da política e da área militar, sua incorruptibilidade e caráter austero são frequentemente elencados como exemplos da antiga virtude romana. Platão (428/427 a.C.-348/347 a.C.), nasceu em Atenas, foi discípulo de Sócrates e é um dos grandes filósofos da tradição ocidental. Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), nasceu em Córdoba na Espanha, mas foi enviado ainda criança para Roma. Filósofo adepto à doutrina estoica ele escreveu várias obras. Marco Aurélio Antonino (121 d.C.-181 d.C.), foi imperador romano e também filósofo estoico, suas reflexões foram traduzidas com o título de *Meditações*.